



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

GÊNERO, FAMÍLIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Um estudo sobre as estratégias elaboradas por mulheres negras e brancas provedoras nas relações que estabelecem com a educação de seus filhos (as)

Gomes, Nilma Lino e Gebara, Tânia Aretuza Ambrizi

Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social- FaE/ UFMG

nilmagomes@uol.com.br e tgebara@ufmg.br

Introdução

Esta pesquisa busca compreender a relação estabelecida entre famílias monoparentais conduzidas por mulheres provedoras negras e brancas, pertencentes às camadas populares e a educação de seus filhos e filhas dentro e fora da escola. Pretende, também, entender e identificar as estratégias elaboradas por essas mulheres nas suas vivências com duas instâncias socializadoras, a saber: a família e a escola. Interessa também a essa investigação focalizar os pontos de vista desses sujeitos e como estabelecem, vêem e conduzem a educação de suas crianças. Um dos desafios desse estudo é ampliar o campo de análise da relação família e escola estabelecendo uma interlocução com as relações sociais de raça e gênero.

Portanto, serão sujeitos dessa pesquisa as famílias monoparentais, de camadas populares, prioritariamente da classe D, representadas por: mulheres negras¹ e brancas provedoras, mães de alunos (as) matriculados (as) no 1º Ciclo de Formação Humana, da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, bem como seus filhos (as) - crianças negras e brancas, cuja faixa etária compreende a idade entre 5/6 a 8/9 anos.

Optamos por uma abordagem qualitativa desenvolvendo um estudo etnográfico. Diante da complexidade do tema e a fim de selecionar as famílias e as escolas condizentes com o perfil de sujeitos aqui apontado, a pesquisa está sendo realizada em duas fases. A fase 1, em andamento, é composta de uma pesquisa exploratória a partir da qual estão sendo selecionadas a escola, as mães e as crianças da pesquisa. Todavia, a pesquisa irá além da escola, pois acompanhará as mães e seus filhos em outros espaços da vida cotidiana, tais como, os finais de semanas, festas familiares, eventos no bairro, etc. A fase 2, consistirá no trabalho de campo, que se deterá ao acompanhamento das mães e das crianças a ser realizado em um período de seis meses.

¹ De acordo com a classificação do IBGE serão consideradas negras, nesse trabalho, as pessoas classificadas como pretas e pardas.



A construção do objetivo central e das indagações dessa pesquisa se apóia em uma constatação teórica: a ausência de estudos, no campo educacional, que tenham como sujeito as famílias constituídas por mulheres provedoras, pobres e a relação estabelecida entre estas e a educação de suas crianças. Somando a essa questão as dimensões da raça e do gênero, a lacuna é ainda mais significativa. Essa constatação reforça a realização do presente estudo.

Trouxemos para este texto algumas das reflexões realizadas até o momento, que estarão organizadas em três partes. Na primeira procuramos esclarecer as questões formuladas no processo de construção da proposta de pesquisa. Na segunda buscamos explicitar a complexidade do fenômeno estudado a partir da compreensão das mudanças contemporâneas na família e as singularidades da(s) família(s) brasileira(s) e, na terceira dedicamos atenção às famílias negras e sua invisibilidade teórica.

I. Questões formuladas na construção da proposta de pesquisa

Na sociedade contemporânea nota-se o questionamento de um modo específico e histórico de interpretação dos grupos familiares configurados na representação de família nuclear, branca e de classe média. Todavia, nas sociedades ocidentais, essa representação ainda é hegemônica e não desapareceu, mas tem sido tensionada por novos contornos: famílias monoparentais, homoparentais, mulheres provedoras, intergeracionais, multirraciais, etc.

Ao mesmo tempo em que as mudanças ocorreram nas famílias, modificações atingiram também o sistema escolar e os processos de escolarização, provocando mutações na própria relação entre famílias e escola. A partir da compreensão destes fenômenos, esta pesquisa pretende contribuir para conhecer melhor as estratégias que famílias negras e brancas pertencentes às camadas populares elaboram na relação que estabelecem com a educação de suas crianças. Além dos processos educativos cotidianos estabelecidos entre os sujeitos, a instituição escolar merecerá um olhar mais aprofundado. Interrogamo-nos sobre quais concepções de educação são compartilhadas pelos diferentes grupos familiares cujos filhos participam dos processos de escolarização. Quais são as responsabilidades, articulações, contribuições e limites educativos específicos dessas duas instituições?

É recorrente nos discursos por parte de alguns educadores e gestores que boa parte das famílias e estudantes não corresponde às expectativas escolares. Tais situações



podem pressupor um modelo escolar e familiar ideal, inquestionável. É como se as famílias e as crianças consideradas como não adaptadas aos padrões escolares hegemônicos, em geral das camadas populares, fossem inadequadas. Quais serão as representações de família e escola subjacentes a esse tipo de interpretação?

Segundo Carvalho (2000), diante do aumento do número de famílias monoparentais e de mães trabalhadoras, “as escolas fazem pesadas exigências quanto à organização da vida familiar e às práticas das mães, o que não é mais razoável, considerando-se as recentes mudanças na estrutura familiar” (p. 178). Subordinando os/as responsáveis pelas crianças às exigências escolares e impondo-lhes custo em trabalho, a política de prescrição de deveres de casa tem efeitos perversos: ao “ensinar às famílias suas ‘obrigações básicas’ de proverem o ambiente doméstico apropriado à aprendizagem”, cria as condições para “culpar as famílias por suas inadequações e então abandonar a responsabilidade de ensinar as crianças dessas famílias” (p. 179). Tal situação pode se constituir em uma ameaça, de forma especial, às crianças de famílias pobres. Podemos indagar, diante dos estudos que discutem o peso da desigualdade racial e de gênero nesse processo, se tal situação não afetaria de forma mais contundente, as crianças de famílias negras, pobres e filhas de mães provedoras. Como esses sujeitos lidam com tais exigências e prescrições e quais são as estratégias por eles construídas para atender, questionar e/ou subverter essa situação. A construção e a efetivação dessas estratégias constituem um dos focos de interesse da presente pesquisa.

Sabendo que atualmente existe um forte debate no campo sociológico sobre a noção de estratégias será adotado, o sentido proposto por Bourdieu, ou seja, elas serão compreendidas não como o produto inevitável de um cálculo custo-benefício, tampouco como um mero resultado do acaso. Se certas ações podem ser fruto de decisões explícitas e racionais, outras decorrem do processo de interiorização das regras do jogo social e revela a intuição prática que marca o bom jogador, o estrategista. Além do fato de que essas não necessariamente constituam possibilidades excludentes.

Segundo Portes (1993), estratégia constitui-se num “conjunto de práticas e atitudes ideológicas ou morais que consciente ou inconsciente cada grupo social põe em prática com uma determinada finalidade” (p.60). No nosso caso, analisaremos as estratégias a partir das ações das mulheres provedoras negras e brancas no processo de



educação de seus filhos, considerando os diversos significados socialmente construídos por elas na relação entre gênero, família e relações étnico-raciais.

Concordando com Maria Alice Nogueira (2000:127), no centro dessa discussão encontra-se não somente a questão da natureza consciente (explícita) ou inconsciente (implícita) das condutas educativas dos atores, mas, também, o sentido que esses últimos atribuem a elas. Portanto, a presente pesquisa indaga: quais são as estratégias construídas pelos sujeitos nas relações mãe-escola, criança-escola e internas à família? Em que medida as questões relacionadas às relações raciais e de gênero aparecem como preocupação das mulheres provedoras de camadas populares, mães, negras e brancas, na condução do processo educativo das suas crianças? Se tais questões aparecem, como essas famílias lidam com as situações vivenciadas no seu cotidiano? E quando estas se manifestam no contexto escolar? A escola é indagada, diante dessas questões?

Estratégias também são compreendidas aqui como técnicas e saberes utilizados na socialização familiar, sob a influência ideológica e simbólica transmitida pela sociedade e pela escola (BUENO, 1994). Além das questões ligadas à socialização e à constituição identitária, também serão consideradas como estratégias as ações que as mães e crianças constroem ao se depararem com a lógica escolar. Ou seja, são também as ações e atitudes pedagógicas e organizacionais. Classificamos como ações pedagógicas aquelas referentes à relação com o conhecimento acumulado socialmente: deveres de casa, pesquisas, tempo de estudo etc., e organizacionais as ações do cotidiano: cuidados com a higiene, pontualidade, uso de uniforme, leitura de agenda escolar, resposta de bilhetes, atendimento a solicitações sobre o rendimento e comportamento da criança, participação em eventos, cumprimento de prazos, etc.

Cabe destacar que não só os adultos são o foco dessa investigação. As crianças também são sujeitos e sobre elas questionamos: como essas crianças aprendem os jeitos de ser e de estar no mundo na relação familiar? Como elas aprendem o que inclui ou exclui, o que respeita ou desrespeita as diferenças? Que desafios elas lançam para suas famílias no tocante as questões de raça e gênero? Como elas articulam essas questões e a vivência na escola? Será que ser filho ou filha de uma mulher pobre, provedora, negra ou branca ganha algum destaque na forma como essa criança se vê na escola e/ou é vista pelos sujeitos que atuam na instituição escolar?



No presente estudo trabalharemos considerando que as categorias raça e gênero devem estar embasadas na compreensão da imbricação desses conceitos. Cada um contém elementos e significados próprios, porém, é imprescindível ressaltar a complementaridade entre eles, não apenas em nível teórico, mas principalmente na história, na cultura, nas práticas sociais e políticas.

Quanto à utilização do conceito de gênero, surge com o objetivo de enfatizar o aspecto relacional da construção de feminilidades e masculinidades, rejeitando o determinismo biológico implícito em termos como "diferença sexual" e "sexo", pois nenhuma compreensão sobre homens e mulheres pode ser alcançada por um estudo separado, definindo-os apenas em termos recíprocos (SCOTT, 1990). Com relação aos estudos de gênero, eles mostram que tal categoria é também uma construção social que permeia as relações sociais. No caso deste estudo, é de fundamental importância uma vez que, analisamos a óptica das mulheres provedoras que têm seus filhos na escola.

O gênero define SAFFIOT (1992:189), “é uma maneira contemporânea de organizar normas culturais, passadas e futuras, um modo de a pessoa situar-se através dessas normas, um estilo ativo de viver o corpo no mundo”. Deste ponto de vista é que a construção de Scott (1990) apresenta interesse para o presente trabalho, à medida que ela organiza o conceito de gênero de uma perspectiva em que é possível a compreensão das relações de poder.

É importante salientar que gênero, como categoria analítica, pretende distinguir práticas sexuais, de papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens e é, além disso, uma maneira de indicar as construções sociais que estão por trás dos ditos papéis femininos e masculinos (SCOTT, 1990).

Pensar em termos de relações de gênero significa desvendar os mecanismos sociais que constroem as desigualdades e as relações de poder. “Através da linguagem a identidade de gênero é construída, ela é chave do acesso da criança à ordem simbólica” (SCOTT, 1990:12). A escola é um dos espaços de inserção da criança a essa ordem. Como tal instituição realiza essa socialização por meio de suas ações pedagógicas? Essas dimensões são percebidas pela família quando os seus filhos e filhas expressam narrativas, vivências e discursos aprendidos no contexto escolar? Situações envolvendo interpretações, relações e preconceitos de gênero na escola chegam ao universo familiar por meio das crianças? Como essas questões se expressam



e se articulam no contexto das mulheres negras e brancas, que se organizam em torno de famílias monoparentais e suas crianças?

No tocante ao conceito de raça, este é entendido como um dos componentes da identidade social dos indivíduos, tomada no seu sentido sociológico e político-ideológico, e não no biológico, para o qual já se sabe não haver diferenças entre os grupos humanos. Portanto, o termo "raça" é compreendido, nessa pesquisa, como construção social entranhada na realidade histórica, jurídica e política do nosso país. (BORGES; MEDEIROS; D'ADESKY, 2002, In: OLIVEIRA, 2008).

Por identidade, entende-se “o conjunto de elementos dinâmicos e múltiplos da realidade subjetiva e da realidade social, que são construídos na interação”. (KLEIMAN, 1998, p. 280, In: OLIVEIRA, 2008). É preciso ter em conta, no entanto, que são processos permeados por conflitos, tensões, uma vez que no centro de tudo isso está um “eu” que busca se afirmar diante de um “outro”, e os modos de construção do “eu” estão entrelaçados ao modo como o “outro” o vê, e nem sempre essa imagem social corresponde à “minha auto-imagem” e vice-versa, resultando o processo identitário em um conflito que é coletivo, ainda que muitas vezes pareça individual (GOMES, 2006, p.21).

Destituído de seu caráter biológico e entendido como parte importante dos processos identitários, o conceito de raça é compreendido como uma construção social e uma forma de classificação social. No caso específico da Brasil, a construção social da raça é atravessada historicamente pelo ideal do branqueamento e pelo mito da democracia racial (MUNANGA, 1998).

As desigualdades e a discriminação de gênero e raça são dimensões que não dizem respeito somente as ditas “minorias” ou grupos específicos, mas sim a toda a sociedade. Elas não apenas se somam, mas se entrecruzam e se potencializam, manifestando-se principalmente na situação vivida pelas mulheres negras.

A situação de dupla discriminação – de gênero e raça – vivida pela mulher negra frequentemente se agrava pela discriminação derivada da sua origem social. Essa situação não pode, portanto, ser analisada como uma simples somatória – mulher, negra e trabalhadora. Assim referida, ela não expressa a complexidade do fenômeno, que resulta do entrelaçamento entre classe social, gênero e raça. É importante analisar sistematicamente as desvantagens das mulheres negras no mercado de trabalho, na



escolarização e na sociedade, tanto em comparação com os trabalhadores em geral quanto com as mulheres brancas e os homens negros em particular.

No caso deste estudo, além de mulher negra, das camadas populares e trabalhadora, ainda salientamos que, dentre as mulheres selecionadas, o grupo será composto de mães de crianças pequenas, o que lhes confere ainda outras responsabilidades em relação aos filhos em idade escolar.

Considerando as imbricações entre educação, gênero, raça e família cabe destacar, no que concerne ao recorte escolar, a existência ou não de algumas interpretações presentes no senso comum e nos discursos de algumas escolas os quais já foram vivenciados na nossa própria experiência como profissional da educação básica, a saber: a ideia de que as famílias pobres e negras, principalmente aquelas chefiadas por mulheres provedoras não sabem ensinar e cuidar de suas crianças, não se preocupam com a educação das mesmas, não têm noções de higiene e necessitam de alguém de fora da família que as ensine a educar seus filhos. Cabe indagar se tais “pré-conceitos” mudam ou são os mesmos se estas mulheres e mães forem consideradas brancas. Tal situação será indagada na realização do trabalho de campo. Enfatizamos que é para além da ideia da “falta” que este estudo analisará a articulação entre raça, gênero e família.

E as crianças? Como são socializadas e educadas nesse contexto tão complexo? No que diz respeito às crianças negras, algumas pesquisas, dentre elas Cavalleiro (2000), enfatizam, que as crianças negras desde a Educação Infantil estariam sendo socializadas para o silêncio e para a submissão. Gonçalves (1985), também denuncia que esse processo tem sérias conseqüências para o processo educativo, dificultando assim, às crianças negras a formação de um ideal de ego negro (1985:324).

Estes estudos revelam as inúmeras situações nas quais as crianças negras desde pequenas são alvo de atitudes preconceituosas e racistas por parte tanto dos profissionais da educação quanto dos próprios colegas e seus familiares. No entanto, cabe destacar que a discriminação vivenciada cotidianamente compromete a socialização e interação tanto das crianças negras quanto das brancas, mas pode produzir impactos mais negativos para as crianças negras, pois estas vivem os efeitos diretos do racismo. Tal situação interfere nos seus processos de constituição de identidade, de socialização e de aprendizagem.



II. Mudanças contemporâneas na família e as singularidades da(s) família(s) brasileira(s)

Não seria possível compreender o recorte específico dessa pesquisa sem considerar os estudos já realizados sobre as mudanças da família contemporânea. Todavia, tais referências ainda dialogam muito com a cultura ocidental. Outras formas de viver e conviver presentes em outras partes do mundo são ainda um desafio teórico.

Entre as mudanças consideradas significativas pelos estudos sociológicos efetuados durante o século XX, sobretudo a partir da sua segunda metade, estão as ocorridas nas situações das mulheres e as relacionadas com a família. Em relação às mulheres, destacam-se suas conquistas de direitos legais; sua inserção no espaço público, notadamente no mundo do trabalho; as importantes ocorrências na esfera privada, com maior autonomia obtida nas escolhas afetivas e o enfraquecimento da hierarquia de gênero nas relações conjugais. O ingresso massivo das mulheres no mundo do trabalho, a partir do período pós-guerra, e no caso brasileiro, na década de 70, forçou além das mudanças nas relações familiares alterações na conformação da identidade feminina.

Além das mudanças que alteraram a vida e as expectativas atribuídas às mulheres chamam atenção os movimentos de defesa dos direitos civis de gays e lésbicas, que contribuíram para o declínio dos tabus e da repressão sexual em que se estruturaram as masculinidades/feminilidades e o patriarcalismo. A heterossexualidade compulsória vinculando Estado à pulsão da libido pela maternidade, paternidade e família são questionadas por vários autores como sistema de dominação. O questionamento dessa premissa pelos movimentos sociais eclode nas décadas de 70 e 80, põe em ação uma crítica sobre o que é considerado sexualmente normal e sobre a família patriarcal. Movimentação que se faz presente também no Brasil.

Tais mudanças possibilitaram uma organização política das mulheres as quais por meio da organização dos movimentos sociais, com destaque especial ao movimento feminista, tornaram-se as principais indagadoras não somente da condição da mulher nos contextos de desigualdade como, também, do seu lugar na família, a liberdade do corpo, os direitos reprodutivos, a livre orientação sexual, entre outros. Todos esses questionamentos e mudanças causaram impacto na concepção de família ao longo do século XX e impactam inclusive, as políticas públicas. A saúde e o mercado de trabalho



são campos fortemente impactados. Será que tais impactos afetam da mesma maneira o campo educacional, a escola e as políticas educacionais?

Quanto às mudanças na família, no século XXI, chamam a atenção as intensas alterações nas características de sua composição e organização. Atualmente as famílias são formadas por diversas formas de organização, há mães solteiras com seus filhos; pais com filhos adotivos; famílias formadas por casais que já tiveram outros casamentos com filhos e decidiram ter outros filhos; famílias formadas por um casal e um “animal de estimação”, núcleos familiares formados por casais homossexuais, e, também, se questiona se podemos considerar família o(a) solteiro(a) adulto(a) que vive sozinho(a).

Dentre os fatores que precipitaram toda essas transformações na organização familiar, mencionadas acima, destacaria dois pontos recentes. O primeiro fator foi a legalização do divórcio, que, no Brasil, virou lei em 1977. O segundo foi o surgimento da pílula anticoncepcional, que garantiu às mulheres e aos homens a alternativa de uma vida sexual desvinculada da maternidade/paternidade, bem como todo o movimento feminista de controle e decisões da mulher sobre o próprio corpo.

Além da diversidade de arranjos familiares e suas organizações internas, a plasticidade das escolhas afetivas e o enfraquecimento da hierarquia nas relações entre gerações e entre gêneros são processos constatados e mensurados. Mas a permanência pouco modificada da clássica divisão do trabalho e a persistência de representações sociais dicotômicas sobre lugares de homens e mulheres – com estas últimas continuando a ser as grandes responsáveis pelos encargos familiares, embora venham assumindo responsabilidades na provisão financeira e no mercado de trabalho – desafiam os estudos acadêmicos a compreender as relações de gênero e família no mundo contemporâneo.

Atualmente, um número cada vez mais expressivo de mulheres trabalha fora de casa e contribui com a renda da família. Segundo dados do PEA (População Economicamente Ativa), 40% da população economicamente ativa nacional é composta por mulheres. O crescimento frequente da presença feminina na esfera do trabalho traz à tona uma situação mais constante na atualidade, a mudança de gênero na manutenção da família. No Brasil, segundo dados do Censo do IBGE (2000), as famílias onde as mulheres são as únicas provedoras representam 24,9% dos domicílios, sendo 25,6% das do sudeste monoparentais.



Vale ressaltar que esse fenômeno é bastante amplo e atinge diferentes camadas sociais, mas com maior intensidade as menos favorecidas. Recentes pesquisas apontam que o trabalho feminino, inúmeras vezes, passa a garantir a subsistência das famílias. Pouco tem sido relatado a respeito das peculiaridades estruturais das famílias em que a mulher representa a principal fonte de renda, cujo número, segundo Berquó (2001), cresce no país, é um fenômeno tipicamente urbano, a maioria é do tipo monoparental, destacam-se as mulheres mais jovens, separadas, negras, mais pobres e com baixo grau de escolaridade.

Pode-se afirmar que as mudanças ocorridas nas famílias, dentro e fora de casa, atingiram todos os segmentos sociais. Em se tratando de família é difícil afirmar o que influenciou o que. Mudaram as relações de trabalho, o poder aquisitivo, as crenças da ciência e a legislação. Cada mudança tem a sua parte na responsabilidade do formato das famílias no século XXI, porém é inegável: as mulheres, de forma autônoma ou organizadas no movimento feminista, de mulheres, mulheres negras, LGBT foram as principais protagonistas das mudanças nas últimas décadas do século XX.

Mas e no Brasil? O que observamos com relação às famílias brasileiras?

Quanto ao tratamento do tema famílias no Brasil, este começa a ser objeto do discurso acadêmico no final do século XIX e início do século XX, construído no interior dos discursos sobre a nacionalidade brasileira, no momento em que se buscava discutir um ideal de nação. No nosso país, enquanto alguns intelectuais buscavam o padrão ou modelo familiar brasileiro, outros buscavam a diversidade de modalidades e modelos de família no Brasil, por classes e por regiões.

Gilberto Freyre foi um dos autores que, a partir da obra *Casa Grande & Senzala*, originalmente publicado em 1933, desenhou um modelo de família brasileira, o qual teve grande repercussão e aceitação na academia, influenciando o pensamento social da população brasileira, cujos efeitos se fazem sentir até os dias de hoje. O autor revelou aos brasileiros um modelo de família único: a patriarcal, cujo poder se encontra na figura do senhor, pai e chefe com seus filhos. Na órbita desse núcleo conjugal, encontra-se uma estrutura altamente hierarquizada composta de: empregados, amas, bastardos, escravizados e outros dependentes.

Historiadores, sociólogos e antropólogos brasileiros já destacaram a importância da "família patriarcal" tal como caracterizada por Gilberto Freyre (1980) em "Casa-



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Grande e Senzala" e em "Sobrados e Mocambos" (1951), para a construção social de um tipo de modelo familiar que fez efeito em toda a sociedade colonial, mas também no período da Independência, da República até a contemporaneidade, senão para impor uma mesma forma de família, mas para instaurá-la como modelo referencial.

Por outro lado, pesquisadores como Eni de Mesquita Samara (1987) e Mariza Correa (1982) enfatizam a diversidade de arranjos e modelos em toda a história colonial e moderna, enfraquecendo a idéia de uma família monolítica gilbertiana.

Na tentativa de chamar a atenção para os modelos plurais de família presentes no pensamento social brasileiro entendemos que o mesmo se revela a partir de convergências e divergências sobre a formação social e a estrutura da família nas diversas regiões brasileiras. Às vezes encontram-se teses opostas para uma mesma região, derivadas de estudos de fontes semelhantes, mas é a perspectiva da diversidade que se apresenta constituindo uma versão que insiste do modelo de família patriarcal.

As diferenças e a pluralidade de modalidades de arranjos familiares refletem a especificidade brasileira, construída numa sociedade colonial e escravocrata, e depois, numa sociedade capitalista periférica que se conservou extremamente desigual e com pouca generalização dos direitos da cidadania igualitária e individual.

III. Famílias Negras: invisibilidade teórica e presença na realidade social

Os estudos que abordam a passagem da escravidão para a sociedade industrial, no tocante à família brasileira tiveram no geral, a tendência de mostrar que a família branca saiu ilesa, foi possível continuar com a sua família organizada, formada pela mãe, pai e filhos. Ao passo que para os negros não foi possível construir suas famílias, ao molde patriarcal exigido pela sociedade industrial.

As abordagens reproduzidas pelos sociólogos da escola Paulista de Sociologia da Universidade de São Paulo fizeram duras críticas, nos anos 50, 60 e 70, ao pensamento de Gilberto Freyre, denunciaram o caráter mercantil e violento das relações sociais sob o cativo, desconstruindo a tese da democracia racial. Enfatizaram a desagregação da família negra como a principal dificuldade do negro integrar-se nesse novo contexto. Sinalizavam que as duras condições de escravidão, onde os esforços dos senhores eram para tolher e solapar todas as formas de união e de solidariedade dos escravos, não apenas tornaram os grupos instáveis, como destruíram as normas familiares dos cativos, deixando-os em completo estado de anomia social. Sobre tais



afirmações nos questionamos: não seriam então estes novos arranjos familiares, os possíveis dentro dos limites impostos pela escravidão? Será que os arranjos familiares possíveis nesse contexto podem ser considerados “desagregação”?

Florestan Fernandes (1964), além de reafirmar a desestruturação da família negra como consequência da escravidão e de sua condição de classe parte sem discussão, da existência de um modelo de família supostamente ideal e correto: o patriarcal. Em sua concepção a família negra se apresenta como um problema ou desafio para a sociedade. Embora reconhecendo o grande valor das obras de Florestan, ela nos faz refletir sobre as concepções estereotipadas que perduram na atualidade sobre as famílias negra como desestruturadas, menos capazes e frágeis.

Estudos históricos atuais, produzidos principalmente a partir da década de 80, têm procurado revisitar a temática – família negra. Baseados em novas fontes de cunho demográfico, essas pesquisas tem contestado diretamente a visão da vida sexual e familiar do escravo como uma “vasta promiscuidade primitiva”, uma desordem cultural, bem como a incapacidade de o negro almejar a formação de famílias consideradas estáveis e, muito menos defendê-las. Essas pesquisas têm claras implicações políticas para o novo momento, tanto no debate sobre o escravismo como para a compreensão da constituição da família negra na sociedade brasileira.

Perguntamo-nos, então: numa sociedade com esses contornos, quais as singularidades das famílias negras hoje? O que as pesquisas e os discursos contemporâneos vêm apontando sobre as famílias negras?

Constatamos que há um intrigante silêncio por parte da produção científica acerca da temática família negra contemporânea no Brasil. São raras as literaturas antropológicas/sociológicas sobre o tema. Marcelin (1996), ao constatar esse fato, defrontou as seguintes justificativas acadêmicas: a vida familiar dos negros não foi pensada porque o contexto das relações inter-raciais no Brasil, resultante da miscigenação, produziu uma realidade decididamente diferente em relação a outros países como os EUA do Norte, por exemplo. Questiona-se ainda o que seria a família negra no Brasil. Ela teria um formato diferente das classes trabalhadoras ou operárias?

Para outros a construção ou não desse objeto de estudo está ligada às tradições intelectuais próprias de cada universo acadêmico. Essas tradições se enraízam profundamente na estrutura de formação social considerada. Nos EUA, por exemplo, a



categoria família afro-americana corresponde a um processo que leva a pensar o negro em sua radical alteridade. A sociedade foi edificada em torno de uma oposição historicamente construída, os civilizados brancos e não brancos, o que não foi o caso do Brasil.

Em conseqüência, segundo esses discursos, no Brasil, não haveria família negra, família branca, etc., haveria a família brasileira, miscigenada e produzida sob a figura-modelo da família patriarcal.

É questionável o fato do discurso sociológico/antropológico ter suprimido a vida doméstica dos negros nas estatísticas gerais sob as classes populares. Tudo se passa como se a miscigenação tivesse o poder de transformar a estrutura social. Por esse prisma, seria suficiente apenas invocar a estrutura social para atenuar a visibilidade e a concentração do negro em seus espaços subalternos e rurais. (Marcelin, 1996).

É evidente que o silenciamento sobre as famílias dos negros no Brasil é proveniente do efeito produzido pelo mito da democracia racial, fundado na ideia da miscigenação, como um fato acabado. Acrescentaríamos também que é mais um dos efeitos do racismo no nosso país. Esses discursos num processo de universalização transformam a família negra em um discurso sobre as classes populares em geral, como se pudesse tirar marginalmente o negro de sua condição étnica, ou como se a condição de classe esvaziasse a condição étnica de todo o seu significado. Embora as condições econômicas constituam um determinante incontestável no estudo de famílias, qualquer que seja a sociedade, elas não são suficientes.

Ao selecionar, nessa pesquisa, mulheres negras e brancas provedoras, entendendo-as como formas de arranjo familiar, uma questão se colocou de forma sistemática: a invisibilidade racial das famílias nos estudos abordados. Ao não se referir ao pertencimento étnico-racial das famílias abordadas, os estudos clássicos e contemporâneos nos levam a pensar que as discussões realizadas podem ser generalizadas para todos os grupos sociais e étnico-raciais. E mais, há uma predominância de uma visão ocidental de mundo e da família. Diante do recorte de raça e gênero da presente pesquisa cabe indagar: há estudos sociológicos, educacionais e antropológicos que destacam a diversidade étnico-racial e a família? Há discussões específicas que destacam a família negra?



No processo de busca de leituras sobre a família negra brasileira foi encontrada uma vasta literatura sobre o negro brasileiro de maneira mais geral. Na bibliografia existente as preocupações variam muito de um autor para outro, mas a desmitificação da “democracia racial brasileira”, as denúncias de preconceito e de discriminação são constantes. Contudo, há uma escassez de trabalhos que focalizem de maneira mais sistemática a família negra e as formas como educam seus filhos e filhas. Entre os autores encontrados, num rol de uma bibliografia mais clássica, destaco as produções de Florestan Fernandes, João Baptista Borges Pereira e Octávio Ianni.

Foi Florestan Fernandes, em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, quem dedicou maior atenção à família negra, acentuando os aspectos de desorganização e deficiência socializadoras, pois a família é vista em condições específicas de marginalidade socioeconômica, numa época em que o negro iniciava, com grande dificuldade, uma penetração no mundo dos brancos. Nessa obra, a família negra em São Paulo é tratada especialmente no capítulo *Diferentes Níveis de Desorganização Social* e é analisada como a única instituição que operava universalmente no meio negro com condições para orientar e organizar a manifestação dessas influências socializadoras (p. 175). Essa instituição assume duas formas: a família negra desorganizada ou incompleta e a família negra organizada, sendo que nem uma nem outra preparavam os imaturos e, em especial, os jovens para enfrentar os ricos com quem se defrontariam tanto no meio negro, quanto nas relações com o branco. (p. 193)

Poucos estudos produzidos sobre a família negra brasileira contemporânea, em sua maioria de cunho antropológico, têm buscado compreender como ela se estrutura, em comparação às famílias brancas. Destaco a tese de doutorado de Barbosa (1983). Embora a autora tenha procurado escapar à caracterização anômica da família negra, reproduz a dicotomia família organizada e desorganizada ao estudar as famílias do primeiro tipo em seus processos de socialização da criança negra.

Teixeira (1986) também realizou um estudo, em que procurou relativizar a ideia de desorganização na família negra, entrevistando mulheres chefe de família. A partir dos dados do IBGE de 1980, procurou avaliar até que ponto se poderia atribuir a um tipo de estrutura familiar para brancos e outro para negros. Já o trabalho como de Castilho (2008) aponta para diferentes análises acerca da família negra, é uma produção



que denuncia e que rompe com as análises da família negra como desestruturada, sem instrução, pouco consciente.

A partir da observação destas pesquisas, destaco que o processo educacional, entendido de maneira ampla, é uma das funções mais importantes da família, de modo geral, e da família negra de modo especial, pois esta, além de formar as crianças para a vida em sociedade, terá que prepará-las para condições especiais, pois a criança negra terá que enfrentar desde a mais tenra idade situações de discriminação e racismo.

O desafio do estudo aqui proposto é observar a maneira como as famílias negras e brancas se relacionam entre si e como se relacionam com a escola e se existem mecanismos especiais utilizados pelas mesmas na educação dos filhos. Diante da pouca discussão sobre as famílias negras, o presente estudo também dará especial atenção à maneira como estas conduzem a educação escolar de seus filhos, procurando entender como as famílias monoparentais constituídas por mulheres negras constroem nas suas redes de relações esforços para fazer estudar os (as) filhos (as).

IV. Referências Bibliográficas

BARBOSA, I. M. F. Socialização e relações raciais: um estudo de família negras em Campinas. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

BERQUÓ, Elza (2001). *Perfil Demográfico das chefias femininas no Brasil*. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G., org. (2001) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas / Editora 34, p.243-265.

BUENO, Mirian Resende. *A Relação Família e Escola: Um diálogo possível?* Belo Horizonte. FaE/UFMG, 1994. (Dissertação de Mestrado)

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. *Relações entre família e escola e suas implicações de Gênero*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, no. 110, Julho/2000.

CASTILHO. Suely Dulce. *Culturas, família e educação na comunidade negra rural de Mata- Cavalo – MT*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo. Tese de doutorado. 2008.

CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

CORREA, M. *Repensando a família patriarcal brasileira*. In: CORREA, M. (org.) *Colcha de Retalhos*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.13-31.



FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo. Ed. Ática, 2 v, 1978 e 1964.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala*. 20.ed. Rio/Brasília: José Olympio/INL, 1980.

FREYRE, G. *Sobrados e mocambos*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

GOMES, N. L. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. São Paulo: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, L. A. *O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial – um estudo acerca da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de primeiro grau (1ª a 4ª série)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 1985.

MARCELIN, L. H. A Invenção da Família Afro-Americana: Família, Parentesco e Domesticidade entre os Negros do Recôncavo da Bahia. Tese de Doutorado. PPGAS, Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

MUNAGA K. Teoria sobre o racismo. In: Hasenbalg C. A; Munanga K.; Schwarcz L. M. Estudos & Pesquisas: Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Eduff; 1998. p. 43-65.

NOGUEIRA, M. A., Romanelli, G. e Zago, N. *Família e Escola: Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*, Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, E. Relações étnico-raciais e de gênero e o discurso da sala de aula de português: uma abordagem etnográfica interacional. Belo Horizonte. FAE/UFMG, 2008. (Tese de Doutorado)

PORTES, E. *Trajetórias e estratégias escolares dos universitários das camadas populares*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1993. Dissertação de Mestrado.

SAFFIOTI H.I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: Costa, a de O & Bruschini, C. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas; 1992. p. 183-215

SAMARA, E. M. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. et al. (Orgs.) *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987. p.25-36.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: Revista Educação e Realidade, n. 2, vol. 15, Porto Alegre, 1990;



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

TEIXEIRA, M. P. Família e Identidade Racial: a questão da cor nas relações e representações de um grupo de baixa renda. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1986.